

Ata nº 02/2013

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e treze, reuniram-se nas dependências do Centro de Capacitação, representantes da Secretaria Municipal da Educação, cito: a Secretária Municipal da Educação, professora Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, a Superintendente de Gestão Educacional, professora Ida Regina Moro Milléo de Mendonça, a Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, professora Waldirene Sawozuk Bellardo, a Coordenadora das Escolas dos Anos Finais, pedagoga Eliane Aparecida Adam Benini, o professor Edson Pinheiro Di Credo, Gerente de Documentação Escolar, a professora Leusy do Rocio Cordeiro Soares dos Reis, Gerente de Legislação Educacional, o Superintendente Executivo da Educação, Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho, representantes do Sismmac, professor João Antonio Rufato, professora Andressa Fochesatto, diretores, pedagogos e professores das escolas municipais que ofertam os anos finais. A reunião teve início com a apresentação dos profissionais da rede municipal da educação e representantes das onze escolas municipais do sexto ao nono ano. A Secretária Municipal da Educação, senhora Roberlayne de O. B. Roballo fez um breve relato sobre os cem primeiros dias da gestão e também sobre os programas do governo municipal e federal tais como: PAC e PAR e ainda sobre as oportunidades de recursos que poderão ser utilizados em diversos projetos no município. A equipe está mobilizada para administrar esses orçamentos de acordo com as demandas existentes nos diversos segmentos. Há vários movimentos, projetos e propostas que estão sendo implementados como a formação continuada, projetos-piloto, edu-cultura e edu-pesquisa cujos desafios são de contemplar todos os profissionais da educação. Há também o trabalho com a plataforma moodle. Relatou ainda sobre os problemas enfrentados com os netbooks por algumas escolas (quarenta escolas). A secretária relatou que houve muitos avanços no setor educacional, principalmente para os estudantes do sexto ao nono ano. Em relação à demanda da guarda municipal, informou que há três da RME sem a presença destes. Relatou ainda que a SMELJ está desenvolvendo uma proposta da prática de esportes direcionada para os estudantes dos anos finais. Sobre o Grupo de Estudos, sugeriu que sejam mantidos e realizados com frequência. Sobre as escolas mais antigas da RME, há um projeto de revitalizá-las. Em seguida, a diretora do DEF observou que a fala da secretária foi muito importante, pois estabelece o diálogo em prol da qualidade de ensino de forma responsável, uma vez que esse é um compromisso coletivo. A secretária Roberlayne retomou a fala relatando a ampliação do programa Saúde na Escola do governo federal, no qual os agentes de saúde farão uma triagem oftalmológica e audiométrica, entre outros exames necessários para o bem-estar dos estudantes. A coordenadora dos anos finais do ensino fundamental apresentou dados referentes aos avanços obtidos no período de dois anos, como por exemplo, o apoio pedagógico no dimensionamento, o coordenador disciplinar, o apoio escolar (um funcionário a mais previsto para as escolas que ofertam os anos finais), um professor para o laboratório de Ciências, o calendário escolar com a dispensa dos estudantes e as reuniões de integração com previsão na instrução normativa, item seis, letra d. A lotação de um professor para cada sete turmas, preferencialmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Ainda foram apresentados dados referentes ao número de turmas, número de professores, distribuição de aulas, saldos de aulas para corregências e professores

excedentes que foram contratados pelo último concurso, antes que o mesmo expirasse. Alguns desses professores estão substituindo licenças prêmios, gestação, laudos médicos, entre outras. A chefe do NRE, Sandra Lenara sugeriu que quando os diretores das escolas forem convocados para fazer a conferência do fluxo de professores, que os representantes de RH dos NREs sejam chamados para acompanhar. A coordenadora Eliane explicou o papel do corregente dos anos finais e sua importância. Foram apresentadas as prioridades, seguidas das respectivas ações, como a jornada de trabalho do profissional do magistério, docência II, cuja previsão é a de atingir os trinta e três por cento de hora-atividade previsto em lei. As reflexões nos encontros do Grupo de Estudos, para a revisão da jornada de trabalho, como também dados sobre as retenções no ano de dois mil e doze, bem como os desafios para os próximos tempos. A coordenadora relatou ainda que em dois mil e doze, foram um mil e treze retidos nas escolas, número esse, muito significativo. A superintendente Ida destacou a importância de verificarmos o número de estudantes retidos, por ano/série, pois percebe-se que o maior número de retidos encontra-se nos sextos e sétimos anos, enquanto que nos oitavos e nonos anos há uma diminuição no número de retidos, principalmente no nono ano. A secretária observou que é necessário ressignificar o trabalho nas escolas, objetivando a melhoria na qualidade de ensino, garantindo aos estudantes o efetivo exercício da cidadania. A diretora do DEF reafirmou a importância de todos se responsabilizarem pela educação de qualidade, que não se pode separar as questões de trabalho das questões de ensino e aprendizagem. Observou ainda que é preciso ter como foco a aprendizagem dos estudantes, garantindo que tenham satisfação em estudar e que o professor seja um profissional satisfeito e feliz. É preciso perceber-se como rede e que os dados hoje apresentados, serviram para demonstrar a situação da RME e não expor individualmente as escolas. O professor Pedro Alcântara Pereira Neto manifestou-se dizendo que desde a primeira reunião o grupo está esperando repostas às reivindicações. A secretária observou que as decisões não podem ser tomadas sem avaliar o todo e que muitas respostas dependem de outros setores e pessoas. Sobre as reivindicações dos Anos Finais, a diretora do DEF, falou que para trabalhar as vinte horas para as quais o professor foi contratado, atualmente é necessário trabalhar cinco dias semanais, sendo: três dias de quatro horas e meia, um dia de permanência de quatro horas e mais um dia de duas horas e meia de permanência. A diretora relatou ainda que conversou com a superintendente sobre a qualidade dessas duas horas de trabalho, em que o professor se desloca e tem um gasto para ficar pouco tempo na escola e propôs legalizar o “dia sem vínculo”. A professora Clarisse Maria Raimundo questionou a nomenclatura “dia sem vínculo”, pois trata-se de compensação de horas já trabalhadas. A secretária afirmou que, por enquanto, não mudará o que acontecendo nas escolas, no que diz respeito ao “dia sem vínculo” e que buscará legalizar essa situação. O professor Fabiano questionou se há algum documento que obrigue se trabalhar quatro horas e meia por dia. A superintendente respondeu que necessitaria verificar a possibilidade proposta pelo profissional de se trabalhar quatro ou cinco horas. A coordenadora Eliane lembrou que já houve um movimento em anos anteriores para acabar com o trabalho de cinco horas por turno. O professor João manifestou-se dizendo que havia muitas pessoas que gostariam de falar e não tiveram oportunidade, lembrou que há muitas conquistas que demandaram a união da categoria, falou também sobre a proposta de vinte

horas-aula e que atualmente nos anos finais ainda não tem de fato, os 33% de hora-atividade, embora esteja bem próximo. O professor João questionou acerca das reivindicações do Grupo de Estudos, da transformação da hora-relógio em hora-aula, de todos os problemas enfrentados nas escolas com substituições, licenças, laudos entre outros fatores que interferem no cotidiano e que não permitem que a corregência seja efetivada. O professor João questionou ainda sobre o porquê de outras mantenedoras conseguem fazer vinte horas-aulas e a SME ainda não avançou nessa proposta. A pedagoga Viviane Aparecida Bastos Pampu relatou sobre os acordos criados no coletivo e das conquistas obtidas nas lutas sindicais e que as questões pedagógicas necessitam de momentos específicos para serem tratadas. O professor Pedro discorreu sobre a diferença entre os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e as inúmeras demandas que surgem no dia a dia das instituições. Questionou ainda sobre a legalidade das vinte horas semanais em termos jurídicos, bem como a revisão do número de pedagogos. Observou ainda que o estatuto do magistério é de um mil novecentos e oitenta e cinco e questionou se haverá a mudança de vinte horas relógio para vinte horas-aula e como será regularizada a situação da compensação de horas. A coordenadora Eliane Adam Benini relatou sobre a consulta a Procuradoria Geral do Município na construção da instrução normativa, que afirmou que a situação de compensação de horas é irregular e que para que haja a mudança, há necessidade de trâmites legais. A secretária disse que buscará respaldo legal para as questões referentes à jornada de trabalho, junto a outras secretarias. O professor João solicitou que a Secretaria da Educação questione a PGM, acerca da legalidade de se trabalhar vinte e duas horas numa semana e dezoito horas na semana seguinte, visto que o professor foi contratado para trabalhar semanalmente por vinte horas. A superintendente solicitou que os representantes presentes repassem às escolas que é possível garantir o “dia sem vínculo”, mediante legalização. A diretora Anaí disse que se sentiu desrespeitada por não ter sido dito que não haveria repostas às reivindicações logo no início da reunião, que é preciso que a SME lance suas propostas para haver discussão. A secretária observou que houve sim uma proposta, que é a de legalizar o “dia sem vínculo”, mas que surgiram novas propostas durante a reunião, frisou ainda que não somos Estado e sim um Município que possui onze escolas. A secretária relatou que em conversa com um profissional da educação do Estado, o mesmo afirmou que o Estado enfrenta problemas relacionados ao fato de o professor ter que trabalhar em várias escolas para completar a carga horária. A pedagoga Célia Maria Carraro questionou se os assuntos discutidos podem ser debatidos pelo Conselho Municipal de Educação. A secretária observou que é preciso tempo para tomar medidas de tamanha importância e afirmou que consultará outras secretarias e órgãos para poder marcar a próxima reunião. O professor Pedro Alcântara solicitou que para as reivindicações postas na primeira ata, sejam trazidas respostas. Sem mais, encerro esta ata que vai por mim assinada e os demais presentes assinaram em lista própria, que vai anexa a esta.